RESOLUÇÃO No , DE DE DE 2014

(minuta de trabalho definida após o Seminário)

Estabelece diretrizes e procedimentos de outorga de direito de uso de recursos hídricos em bacias hidrográficas e corpos hídricos superficiais e subterrâneos declarados como críticos em termos de comprometimento da quantidade e qualidade.

**O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CNRH,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pelas Leis nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e 9.984, de 17 de julho de 2000, tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, anexo à Resolução nº 151, de 12 de dezembro de 2012, publicada no D.O.U. de 11/11/2013, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos; e

Considerando a Década Brasileira da Água, instituída pelo Decreto de 22 de março de 2005, cujos objetivos são promover e intensificar a formulação e implementação de políticas, programas e projetos relativos ao gerenciamento e uso sustentável da água, em todos os níveis, assim como assegurar a ampla participação e cooperação das comunidades voltadas ao alcance dos objetivos contemplados na Política Nacional de Recursos Hídricos ou estabelecidos em convenções, acordos e resoluções a que o Brasil tenha aderido;

Considerando que, segundo a Constituição Federal de 1988, art. 21, inciso XIX, compete à União definir critérios de outorga de direito de uso de recursos hídricos;

Considerando a Lei no 9.433, de 08 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, e dá outras providências, em especial os artigos nos 35, ...;

Considerando a Resolução no 16, de 8 de maio de 2001, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que estabelece critérios gerais para outorga de direito de uso de recursos hídricos;

Considerando a Resolução no 91, de 5 de novembro de 2008, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que dispõe sobre procedimentos gerais para o enquadramento dos corpos de água superficiais e subterrâneos;

Considerando a Resolução no 129, de 29 de junho de 2011, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que estabelece diretrizes gerais para a definição de vazões mínimas remanescentes;

Considerando a Resolução no 140, de 21 de março de 2012, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que estabelece critérios gerais para outorga de lançamento de efluentes com fins de diluição em corpos de água superficiais;

Considerando a Resolução no 141, de 10 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que estabelece critérios e diretrizes para implementação dos instrumentos de outorga de direito de uso de recursos hídricos e de enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água, em rios intermitentes e efêmeros, e dá outras providências, resolve:

Art. 1o Estabelecer diretrizes e procedimentos de outorga de direito de uso de recursos hídricos em bacias hidrográficas e corpos hídricos superficiais e subterrâneos declarados como críticos em termos de comprometimento da quantidade e qualidade.

**DEFINIÇÕES**

Art. 2o Para efeito desta Resolução considera-se:

I – Disponibilidade hídrica de referência

**DECLARAÇÃO DE BACIAS OU CORPOS HÍDRICOS CRÍTICOS**

Art. 3o O comitê de bacia , observadas as legislações dos estados e da União, declarará bacias ou corpos hídricos como críticos quando:

I - o total de demandas hídricas quantitativas associadas à bacia ou corpo hídrico for superior à disponibilidade hídrica de referência~~, definida pelo comitê de bacia ou pela autoridade outorgante~~;

II - o total de cargas poluidoras dos parâmetros outorgáveis na bacia ou no corpo hídrico for superior à sua capacidade de suporte associada à classe de enquadramento;

III - a autoridade outorgante identificar que ocorreu o comprometimento da quantidade ou da qualidade da água. ;

IV – houver potencial para desenvolvimento de conflitos pelos usos da água, em razão da projeção de demandas e disponibilidades hídricas futuras, da indicação em planos de recursos hídricos ou de planos de implantação de empreendimentos cuja demanda hídrica altere significativamente o balanço hídrico.

§1o O comitê de bacia declarará a criticidade da bacia ou corpo hídrico em função dos dados de disponibilidade hídrica e demanda quantitativa e qualitativa disponibilizados pela autoridade outorgante.

§2o Na inexistência de comitê de bacia ou de proposta de declaração caberá à autoridade outorgante declarar bacias ou corpos hídricos como críticos.

§3o A declaração da criticidade da bacia ou corpo hídrico dar-se-á por ato administrativo próprio que deverá conter o nome da bacia ou corpo(s) hídrico(s) crítico(s), domínios, localização e extensão geográfica.

[Art. 4o No caso de águas de domínio estadual cujo comprometimento hídrico não [afeta] rios de domínio da União, conforme manifestação técnica da ANA, a declaração a que se refere o caput será feita por ato do respectivo comitê de bacia ou autoridade outorgante ~~quanto a impactos em águas da União~~.] REVISAR TEXTO

Art. 5o No caso de rios de domínio da União, a declaração a que se refere o caput poderá incluir águas de domínio estadual e será feita por ato da [ANA], quando constatar que o comprometimento da quantidade ou qualidade da água afeta águas de domínio da União, mediante manifestação técnica dos comitês de bacias ou autoridades outorgantes estaduais envolvidas.

**CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE OUTORGA**

Art. 6o As [autoridades outorgantes] ou comitê de bacia estabelecerão critérios e procedimentos de outorga específicos nas bacias e corpos hídricos declarados como críticos, com objetivo de assegurar o acesso à água ao maior número de usuários possível e atender às condições estabelecidas no Art. 13 da Lei 9433, de 1997, podendo para tanto:

I – Adotar valores de disponibilidade hídrica diferentes dos de referência, desde que considere razoável o correspondente aumento no risco de desatendimento;

II – Adotar valores de capacidade assimilação de poluentes diferentes dos de referência, desde que considere razoável o correspondente aumento no risco de desatendimento ao enquadramento do corpo hídrico;

III – Estabelecer restrições ou condicionar o uso da água à disponibilidade hídrica por época do ano ou outro período de tempo, bem como por finalidade de uso da água ou faixa de demanda hídrica, resultando em riscos de desatendimento diferenciados, respeitando-se as prioridades de acesso à água definidas em planos de recursos hídricos, quando existirem.

IV – Estabelecer níveis mínimos de eficiência do uso da água e tratamento de efluentes e prazos para seu atingimento, por usuário de água ou para o conjunto de usuários de água da bacia ou corpo hídrico;

V – Estabelecer limites de volumes totais de captação ou cargas de poluição por sub-bacia ou corpo hídrico;

VI – Estabelecer vazões mínimas ou concentrações máximas a serem respeitadas em pontos de controle previamente definidos;

VII – Estabelecer prazos para ratificação de usos da água e novos pedidos outorgas, com objetivo de regularizar os usuários de água existentes;

VIII – Suspender a emissão de novas outorgas;

IX – Rever outorgas já emitidas, após análise técnica que considere o conjunto de usuários existentes e novos pedidos de outorga e mediante prévia comunicação ao usuário sobre a situação crítica da bacia ou corpo hídrico e correspondentes critérios e procedimentos de outorga.

Art. 7o Os critérios e procedimentos de outorga a que se refere o Art. 2º serão estabelecidos:

I – Por ato da [respectiva autoridade outorgante], ouvido o respectivo [Comitê de Bacia], quando o comprometimento hídrico for restrito a águas de domínio estadual.

II – Por ato do [CNRH], ouvido o respectivo [Comitê de Bacia], quando o comprometimento hídrico afetar águas de domínio da União, podendo a [ANA] definir critérios e procedimentos transitórios para toda a bacia, incluindo águas de domínio estadual, após articulação com as [autoridades outorgantes] ou comitês de bacia envolvidos.

Parágrafo Único. No caso do inciso II deste artigo, as [autoridades outorgantes] ou comitês de bacia poderão detalhar os critérios e procedimentos de outorga em águas sob seu domínio em atos subsequentes à resolução do CNRH, com o objetivo de atender os critérios gerais por ele estabelecidos.

Art. 8o Na ausência ou insuficiência de definições quanto a prioridades de uso da água em planos de recursos hídricos, a [autoridade outorgante] ou comitê de bacia poderá estabelecê-las transitoriamente por tipo, porte ou faixa de demanda hídrica, após estudo técnico específico e consulta ao comitê de bacia e/ou ao conjunto de usuários de água sobre a proposta de prioridades.

Art. 9o Considerações sobre os Termos de Ajuste de Conduta (TAC´s)/Termos de Compromisso.

**MONITORAMENTO E CONTROLE**

Art. 10o As [autoridades outorgantes] ou comitês de bacia deverão promover o contínuo monitoramento hidrológico e dos usos da água e a fiscalização integrada das regras estabelecidas nas bacias e corpos hídricos declarados como críticos, avaliando periodicamente a necessidade de revisões.

§1o O monitoramento hidrológico poderá ser feiro diretamente pelo usuário de água, em local próximo aos seus pontos de uso da água, por exigência da respectiva [autoridade outorgante] ou comitê de bacia, nos casos em que considerar relevante para o aprimoramento das estimativas de disponibilidade hídrica;

§2o As [autoridades outorgantes] ou comitês de bacia poderão exigir de usuários de água específicos o monitoramento contínuo de seus usos da água e o envio de declarações anuais de uso da água, informando as medições de vazões de captação e as cargas de poluição lançadas;

§3o A outorgas poderão ser suspensas no caso de descumprimento dos níveis mínimos de eficiência do uso da água nos prazos definidos, das demais regras de uso da água estabelecidas para a bacia ou corpo hídrico declarado como crítico, ou da legislação vigente, mediante aviso prévio ao usuário de água.

Art. 11o As bacias ou corpos hídricos declarados como críticos poderão retornar à normalidade de critérios de outorga por ato específico da respectiva [autoridade outorgante] ou do CNRH, conforme os casos descritos no Art. 3o, uma vez constatada a redução dos níveis de comprometimento hídrico abaixo dos limites previamente estabelecidos.

Art. 12o No caso de esgotamento da disponibilidade hídrica em função de eventos hidrológicos excepcionalmente extremos, a [autoridade outorgante] definirá regras especiais de acesso à água de caráter transitório, caso não previstos nos atos a que se refere o Art 3o.

(assinatura)